



Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

GES
PCP

O GOVERNO PREPARA medidas demagógicas em África

1. O Partido Comunista Português considera necessário chamar a atenção do movimento antifascista de Portugal e da opinião pública internacional para a intensificação pelo governo de Marcelo Caetano dos preparativos para novas e espetaculares medidas demagógicas em relação ao problema colonial, com as quais procurará encobrir a sua verdadeira política de exploração, de opressão e de guerra

2. A recente visita de Rebelo de Sousa, novo ministro do Ultramar e homem da confiança pessoal de M. Caetano, a Angola e Moçambique, as afirmações e actos públicos que aí tiveram lugar, as declarações feitas ao «Financial Times», não deixam lugar a dúvidas. Embora tendo ainda a guerra colonial como direcção principal da sua acção em África, os colonialistas entraram numa fase activa de preparação duma segunda linha de defesa dos seus sórdidos interesses.

A apresentação de «homens lúcidos» do governo opoñdo-se a generais que continuam a defender que o governo deve ainda jogar numa vitória militar, a promoção de elementos corrompidos de origem africana, o fomento de estruturas legais defensoras da «evolução», a propaganda acerca duma possível «paz honrosa» tal como a definem os fascistas, os esforços da diplomacia caetanista para uma aproximação e entendimento com governos africanos de política conservadora, — são alguns dos passos bem visíveis de tais preparativos.

3. As novas iniciativas do governo são uma esclarecedora confirmação de que a política de guerra colonial fracassou rotundamente.

Os generais dos exércitos colonialistas, que anunciavam a breve vitória militar, regressaram a Portugal como vencidos. Os movimentos de libertação continuam a registar progressos. Embora com a sua terra ocupada e devastada pelas tropas colonialistas, a República da Guiné-Bissau foi proclamada e reconhecida por muitas dezenas de Estados. Esvai-se para os fascistas a esperança de uma vitória pelas armas. Entretanto, a guerra colonial consome mais de dois quintos dos recursos do

O Secretariado do Comité Central do P.C.P. publicou a seguinte nota sobre as novas manobras dos colonialistas

Estado, absorve recursos materiais e humanos, que são indispensáveis ao desenvolvimento do próprio capitalismo português. No país, agrava-se a situação económica e o processo inflacionista. A luta do povo português contra a guerra alcançou um novo grau qualitativo, tornando-se um grande movimento nacional. Alarga-se, ao mesmo tempo, a condenação internacional da política colonialista do governo português. O desanu-

viamento e a nova fase de relações entre Estados na Europa pressionam também no mesmo sentido.

A política de guerra colonial chegou a um beco sem saída, e agrava dia a dia as dificuldades e contradições na vida económica, social e política portuguesa. A revisão da política de guerra colonial tornar-se-á mais dia menos dia inevitável.

(continua na 2.ª pág.)

EM 1974

ALARGAR A LUTA EM TODAS AS FRENTE

O ano que acaba de findar pode caracterizar-se por um grande reforço da luta da classe operária e de outras camadas da população contra o fascismo.

A grande campanha política de Outubro último foi uma importante vitória das forças antifascistas e deu uma poderosa contribuição para o esclarecimento, a mobilização, a organização e a acção de amplas massas.

Ela teve uma decisiva influência na movimentação que se seguiu nos dois últimos meses do ano. E as primeiras informações deste ano são um testemunho seguro de que as massas trabalhadoras e as forças democráticas querem avançar mais, querem dar novos passos em frente.

Neste começo do novo ano, por todo o lado se compreende que é necessário intensificar ainda mais as acções de massas.

A classe operária dá o exemplo

A luta por aumento de salários está sendo agarrada seriamente pela classe operária.

Greves, paralisações, trabalho lento e outras formas de acção mobilizaram e estão mobilizando dezenas de milhares de trabalhadores em dezenas de empresas industriais (muitas delas ligadas ao capital estrangeiro), nas fainas agrícolas e na pesca. Ao

mesmo tempo, o fortalecimento e o alargamento da movimentação sindical levam muitos trabalhadores a lutar pela defesa das suas reivindicações e põem ainda mais a nu a traição de certos dirigentes de sindicatos, lacaios dos patrões e de seu governo.

No próprio movimento democrático, em todas as acções que englobam diversas camadas da população, a classe operária está

assumindo um papel de maior relevo, mais correspondente à sua importância e à sua força.

Deve salientar-se que as mulheres trabalhadoras têm tido uma acção de grande destaque nestas lutas, particularmente em certas greves. E os jovens estão dando excelentes provas de iniciativa para a mobilização da juventude trabalhadora.

(continua na 5.ª pág.)



«Nem fascismo nem colonialismo» — diz o distico erguido num dos 150 comícios da Grande Campanha Política de Massas

Nota do Secretariado

(continuação da 1.ª pág.)

4. Em Julho de 1973, analisando a situação, o Comité Central do P.C.P. concluiu que amadurecem as condições que colocarão na ordem do dia o fim da guerra colonial e uma solução política do problema. Recusando-se a reconhecer as realidades e obrigado a recuar, o governo fascista e colonialista procura evitar a derrota completa do colonialismo. O seu projecto, que começa a tomar contornos mais precisos, é lançar uma grande operação demagógica, que apareça como «a solução política do problema colonial» reclamada pela opinião democrática portuguesa e internacional.

A partir da «autonomia» e da designação de «Estados» decidida pela revisão constitucional de 1971, os colonialistas levariam a cabo medidas «descentralizadoras», com a valorização de pseudo-governos e de assembleias legislativas, no quadro do que já começam a chamar «Comunidade Portuguesa» ou «Comunidade Lusitana». Não é de excluir que, para o efeito, pensem num simulacro de «negociações» com elementos desclassificados ou corrompidos.

5. Uma tal manobra, a concretizar-se, teria como objectivos fundamentais manter intactas, sob as novas estru-

turas administrativas, as posições dos monopólios portugueses e estrangeiros e a exploração e opressão dos povos submetidos ao jugo colonial português. Procuraria atingir os movimentos de libertação, iludindo parte dos povos respectivos e levando a uma limitação dos seus apoios externos, tanto em África como noutras partes do mundo. Procuraria convencer a opinião internacional de que começava de facto a «descolonização» portuguesa e uma evolução constituindo a única solução política «realista». Procuraria facilitar aos governos que ajudam o colonialismo português a justificação dessa ajuda perante os seus próprios povos.

Uma tal manobra constituiria um importante recuo político do fascismo e do colonialismo. Mas comportaria sérios perigos, que não devem ser menosprezados.

6. Desmascarando estes planos e propósitos, o P.C.P. reafirma a sua firme condenação da guerra colonial, que continua ainda a ser neste momento a direcção principal da política do governo em África. Reafirma a sua inteira solidariedade para com os povos em luta contra o colonialismo português e os seus partidos revolucionários, certo de que o seu combate conduzirá à completa libertação. Sublinha a urgência de abertura

de negociações com os legítimos representantes dos povos de Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, ou seja, concretamente, com os dirigentes da República da Guiné-Bissau, da FRELIMO e do MPLA. Não há outros interlocutores válidos e legítimos. E não há outra solução política do problema que não seja o reconhecimento da República da Guiné-Bissau e do direito à completa e imediata independência de Angola e Moçambique.

7. O PCP apela para a classe operária, para as massas trabalhadoras, para a juventude, para as forças democráticas, para que estejam vigilantes e reajam prontamente contra actividades e iniciativas do governo com vista à preparação de planos que visam perpetuar, detrás de novas fachadas, o colonialismo português. É necessário prosseguir firmemente a luta, que deu passos consideráveis no ano findo, contra a guerra colonial. É necessário que o povo português intensifique a sua acção, exigindo o fim da guerra colonial, negociações, a independência completa e imediata da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola.

Farsantes

Sabe-se que certos pseudo-revolucionários recorrem à mentira, à calúnia, e até à provocação. Mas o que nem todos ainda sabiam é que certas das suas mentiras são uma espécie de sonhos delirantes.

Para quem possa ainda duvidar, basta ler o que escreveram alguns dos defensores do «boto na rua». Revelando a maior falta de pudor, afirmam que «organizaram» no dia 28-10, manifestações de milhares de pessoas em varias localidades. Na cidade do Porto, por exemplo, dizem o melhor é transcrever o que eles escreveram:

«No Porto, 20.000 manifestantes ocorreram... desde manhã cedo... Os esforços da repressão foram impotentes ante a avalanche popular que desaguou na Praça e que a pé firme aguentou as investidas da policia de choque até pela noite dentro. A Praça e a Avenida dos Aliados foram literalmente tomadas pelas massas que força policial alguma pôde desalojar» (!!!)

Para esclarecimento dos leitores do «Avante» convém informar que nesse dia 28 não se realizou no Porto nenhuma manifestação de rua!

Os fascistas recorreram à burla e farsa eleitoral. Os lunáticos que transcrevermos, para esconderem o isolamento em que ficaram, recorreram às manifestações-burla e à farsa revolucionária.

Trabalhadores e estudantes COMEMORAM O 7 DE NOVEMBRO

O 7 de Novembro, data gloriosa da Revolução Socialista de Outubro, foi este ano, à semelhança dos anos anteriores, apesar da repressão fascista, comemorado por numerosos trabalhadores (particularmente jovens) e estudantes.

Alguns exemplos: numa terra do Baixo Ribatejo realizou-se um convívio de cerca de 200 pessoas de várias localidades da região, na sua maioria jovens. Após a passagem do filme «Couraçado Potemkine» e o leilão de emblemas de Lenine e de diapositivos da URSS, foi aprovada uma moção de saudação à União Soviética e ao seu heróico povo. Neja se salienta o significado para todos os povos do «dia em que pela primeira vez o proletariado esmagou a burguesia, em que a classe operária conquistou o poder político e soube modificar o conteúdo fundamental da história, dia em que se deu início ao termo da exploração do homem pelo homem». Foi também aprovada uma saudação aos presos políticos, associando-os a esta comemoração.

Também na linha de Sintra e ainda noutra zona da região de Lisboa se realizaram convívios para comemorar o 7 de Novembro. No primeiro caso foi lida uma saudação à União Soviética e outra prestando homenagem aos presos políticos. No segundo houve intervenções sobre o significado da data e leram-se trechos dum livro sobre os preparativos da Revolução de Outubro.

No Porto juntaram-se num convívio cerca de 300 pessoas. Em

pequenos grupos, fizeram intervenções sobre o significado do 7 de Novembro e entoaram canções progressistas. À noite dezenas de democratas reuniram-se num jantar, durante o qual foi feita uma intervenção sobre a vida na URSS.

Um outro convívio se realizou num concelho vizinho do Porto em que participaram algumas dezenas de jovens com intervenções sobre a Revolução de Outubro e a entoação de canções progressistas.

Em Lisboa realizou-se uma sessão de cinema com o «Couraçado Potemkine» a que assistiram cerca de 700 estudantes. Após o filme foi lida e aprovada por aclamação uma moção saudando a juventude e o povo soviético, na qual se salienta o «significado e a importância decisiva para os povos oprimidos da Grande e Vitoriosa Revolução Socialista de Outubro» e se reforça a afirmação da «... inalienável vontade de continuar a luta pela instauração de uma sociedade livre e justa em Portugal».

Ainda outro aspecto interessante destas comemorações foi a agitação que apareceu em vários lados. Na ponte da Arrábida (Porto), foi colocada uma bandeira vermelha com mais de 3 metros com a foice e o martelo e as datas 1917-1973. Uma outra mais pequena foi colocada no viaduto da Av. M. Carmona em Gaia. Também na Calçada de Carriche e estrada de Odivelas (Lisboa) apareceram inscrições como «comemoramos o 7 de Novembro», «Liberdade, Democracia, Socialismo».

QUANTIAS RECEBIDAS DOS AMIGOS DO PARTIDO

A defesa acusa	1.000\$00	Os amigos do P.	187\$00
A memória de A. Saboga	200\$00	P.C. nosso farol	619\$00
A memória de G. Carvalho	2.000\$00	Pela lib. presos políticos	20\$00
Item 6-7 (A)	50\$00	Pela mulher na luta	50\$00
A memória de J. Gregório	500\$00	Pela mem. de S. Allende	200\$00
Abaixo a G. C.	200\$00	Pela unid. da classe	
Abaixo a Guerra col.	100\$00	operária	20\$00
Abaixo o fascismo	20\$00	Pela vitória do Partido	3.000\$00
Idem (V)	50\$00	Pelo Atenejo	5.000\$00
Ac.	1.000\$00	Pelo fim da G. colonial	50\$00
Alvaro Cunhal	3.000\$00	Idem	100\$00
Amigo da toja (3 meses)	300\$00	Idem	10\$00
Amigo da quinta (3 meses)	150\$00	Idem	50\$00
Amnistia	100\$00	Idem	10\$00
Amnistia total	20\$00	Idem	20\$00
Auxílio ao Partido	240\$00	Idem	20\$00
Idem	2.800\$00	Idem	20\$00
Avante trabalhadores		Pelo socialismo	20\$00
lêxteis	100\$00	Idem	20\$00
Barroquinho atentejano	300\$00	Idem	20\$00
Bento Gonçalves	20.000\$00	Idem	20\$00
Casal socialista Barreiro (3 meses)	300\$00	Idem	50\$00
Catarina Eufémia	100\$00	Idem	100\$00
Idem	100\$00	Pelos trab. do Norte	1.000\$00
Idem	50\$00	Por Lenine	100\$00
Idem	1.050\$00	Por sindicatos independentes	100\$00
Idem	50\$00	Par uma campanha política de massas	20\$00
Corticeiros uni-vo	15\$00	Idem	20\$00
Dinis Miranda	10.000\$00	Idem	20\$00
Idem	10.000\$00	Presos políticos	1.500\$00
Idem	10.000\$00	Regresso dos exilados	30\$00
Idem	500\$00	Sempre amigos (L)	500\$00
Divida antiga	300\$00	Idem (L.L)	50\$00
Duarte	300\$00	Serra Vermelha	2.000\$00
Dum facto macaco	2.000\$00	Idem	500\$00
Idem	4.000\$00	Simpatizante vermelho	500\$00
Ensino livre	50\$00	Sindicatos livres	100\$00
Festival	7.500\$00	Um atentejano	500\$00
Filhos do povo fardados	400\$00	Unidade	100\$00
Fora Marcelo Caetano	55\$00	Venda de postais	30\$00
Força na A.R.A.	5.000\$00	Vitória dos trabalhadores da Abelheira	1.000\$00
Gaiola vermelha	1.250\$00	Idem	350\$00
Gabriel Pedro (7)	200\$00	Vitimas do Tarrafal (7)	90\$00
Guilherme Carvalho	20\$00	Vitória do Partido	200\$00
Idem	20\$00	Viva a Revolução Democrática e Nacional	500\$00
Idem	20\$00	Viva o Mov. antifascista	500\$00
Imprensa democrática	50\$00	Viva o PCP	600\$00
Jovem trabalhadora	20\$00	Viva o Partido	500\$00
Liberd. Dias Lourenço	100\$00	Idem	100\$00
Idem	500\$00	Viva o Socialismo	4.000\$00
Liberd. José Magro	200\$00	Walter Ulbricht	5.000\$00
Lib. para José Magro	300\$00	1.º de Maio	2.000\$00
Idem	50\$00	7 de Novembro	340\$00
Idem	50\$00	60.º Aniv. Alvaro Cunhal	200\$00
Liberdade para os presos políticos	500\$00	TOTAL:	118.595\$50
Miguel Ramos	500\$00		
Mulher democrata	50\$00		
Nunca esquecerei o P.	200\$00		

Como já dizíamos no último número do «Avante», a grande campanha política de massas criou condições favoráveis ao desenvolvimento da luta dos trabalhadores. Em várias regiões do país a classe operária e outros trabalhadores estão dando provas duma grande combatividade frente à desenfreada exploração exercida pelo patronato e à enorme carestia dos artigos e géneros de primeira necessidade cujos preços não param mais de subir.

Enfrentando corajosamente a repressão patronal e das forças policiais, não hesitam recorrer com decisão e audácia à greve e às paralisações de trabalho que hoje se tornaram formas correntes de luta.

Greves na Robbialac e na Signetics

Na **Robbialac** (fábrica de tintas), uma Comissão de Unidade de mais de 20 trabalhadores representando todo o pessoal da empresa entregou na gerência em 27-12 uma exposição reivindicando aumento geral mínimo de 1.000\$00 mensais para todos (homens e mulheres), 40 horas de trabalho semanais, subsídio de férias de 100% e feriado no 1.º de Maio. Os operários recusavam-se a partir desse momento a fazer horas extraordinárias e davam o prazo duma semana para a empresa responder às suas reivindicações.

Não tendo obtido a resposta que exigiam, os operários passam a novas formas de luta a partir de 3 de Janeiro. Começando por reduzir a produção passam depois à greve, forma de luta que se mantém até ao dia 9, data em que, após uma reunião da Comissão de Unidade com a gerência e em que participaram elementos do INTP, os operários decidiram retomar o trabalho em face da promessa de que as suas reivindicações seriam consideradas posteriormente.

Várias outras empresas da área se lançaram também na luta por reivindicações próprias e por solidariedade para com os trabalhadores da Robbialac.

Na **Signetics** (indústria electrónica — Setúbal), a quase totalidade dos trabalhadores são operárias, como aliás acontece em todas as empresas desta indústria dominada no nosso país pelo capital estrangeiro. Reagindo contra a superexploração de que são vítimas, as operárias da Signetics lançaram-se em greve no mês de Novembro pela conquista de um salário mínimo de 3.000\$00 mensais, semana de 40 horas, 30 dias de férias e subsídio de férias de 100%.

Como represália a administração da empresa encerrou as instalações e chamou a GNR. As operárias mantiveram-se fora dia e noite, discutindo os seus problemas e confraternizando umas com as outras. Ao fim de 5 dias de greve, sob ameaças e promessas as operárias decidiram retomar o trabalho mediante um pequeno aumento nos salários e a redução da semana de trabalho de 48 para 45 horas.

MILHARES DE OPERÁRIOS EM LUTA greves e paralisações em várias empresas

Paralisações

Nas **Oficinas da C.P.**, no Entroncamento, cerca de 1.000 ferroviários paralisaram o trabalho durante 3 horas no dia 7 de Dezembro.

Desde há bastante tempo que os trabalhadores da CP vinham lutando por um novo ACT, exigindo entre outras coisas um aumento de salários de acordo com o aumento do custo de vida e o 13.º mês. Embora considerassem insuficiente o aumento de 35% proposto pelos sindicatos, os ferroviários decidiram apoiá-lo, e do

Entroncamento foram enviados à Administração dezenas de telegramas com centenas de assinaturas e numerosas cartas a exigir o aumento. A palavra greve anda na boca de muitos ferroviários.

Perante este ambiente de luta, a administração da CP e os laços que estão na União dos Sindicatos apressam-se a assinar o ACT, pelo qual as categorias mais baixas tiveram apenas cerca de 20%, enquanto as mais altas chegam a atingir 40% de aumento. O 13.º mês não foi concedido. Isto provocou um enorme descontentamento nos trabalhadores

da CP, tendo os das oficinas do Entroncamento (com excepção das oficinas de vagões) paralisado o trabalho das 8 às 11 horas.

As deficiências na organização da luta, a inexistência duma comissão para a dirigir, foi uma grande debilidade nesta importante acção e foi decerto uma das principais causas dela ter terminado sem resultados imediatos. Os ferroviários terão certamente em conta esta rica experiência, no presente e para o futuro.

Na **IMA** (montagem de automóveis, 1.000 operários — Setúbal) os operários paralisaram o trabalho durante toda uma tarde (16-11) e concentraram-se junto da administração reivindicando um salário mínimo de 5.250\$00 mensais. Perante a recusa da gerência, os trabalhadores passaram a fazer «cera», reduzindo a produção para cerca de 10% do normal (de cerca de 50 para 5 a 7 carros por dia), situação que se manteve durante vários dias.

Nas suas tentativas para paralisar a luta a gerência chamou dois operários de cada secção (o que deu motivo a nova concentração), pois todos os operários acompanharam os colegas) e prometeu aumentos de 100 a 500\$00, mas não para todos, o que foi recusado. Dois dias depois, quando chegaram à fábrica encontraram-na fechada e 2 jipes cheios de GNR e vários pides que exigiam dos operários, para entrarem, uma declaração dizendo que queriam trabalhar.

Após alguma hesitação os operários resolveram assinar a declaração, mas continuaram a fazer «cera», retomando contudo pouco a pouco o ritmo normal da produção perante a promessa da gerência de dar aumentos em Janeiro.

Na **Fábrica de Vidros F.M. Pereira** (Marinha Grande), os 500 operários da empresa paralisaram o trabalho desde as 11 às 5 da tarde como protesto contra a suspensão de dois lapidários, exigindo a sua readmissão. O trabalho só recomeçou com a intervenção do delegado do INTP que garantiu que o assunto ia ser resolvido.

Entretanto o patrão, após o recomeço do trabalho e com o objectivo de dividir os operários, suspendeu por vários dias os outros lapidários (tinham sido os primeiros a solidarizar-se com os colegas), pelo que a luta prossegue sob outras formas. Existe um movimento de solidariedade nas outras fábricas, cujos operários estão a cobrir os vencimentos dos operários suspensos.

Na **Cotesi** (Grijó — Porto), em meados de Novembro cerca de 150 metalúrgicos paralisaram o trabalho durante toda uma manhã e foram à gerência protestar contra o atraso no pagamento e excesso de horas extraordinárias. Trata-se duma fábrica de cordoaria com mais de 2.000 trabalhadores.

Greves vitórias DE 6.000 OPERÁRIOS AGRÍCOLAS

Os assalariados agrícolas de Alpiarça, Almeirim, Fazendas de Almeirim e Benfica do Ribatejo, num total de cerca de 6.000 trabalhadores, estiveram em greve pela conquista de maiores jornas.

Primeiro foram os de Alpiarça, que depois de uma larga discussão decidiram não pegar no trabalho por menos de 140\$00 por dia. A greve começou em 26 11 com uma concentração de cerca de 150 trabalhadores na Casa do Povo apoiando uma Comissão eleita para discutir com a Direcção. No mesmo momento a palavra de ordem para a greve era dada de rancho por delegados eleitos e apoiada por um documento explicativo das razões e justiça da luta.

No dia 27, em nova concentração com cerca de 200 assalariados, a Comissão conseguiu falar com o presidente da Casa do Povo que foi obrigado a convocar os lavradores para uma reunião com os trabalhadores. Novas concentrações nos dias 28 e 29, com centenas de trabalhadores apoiando sempre a Comissão nas suas discussões com os lavradores, que acabaram por ter de aceitar a jorna de 140\$00 para os homens e 70\$00 para as mulheres, isto é, um aumento de 40 e 20\$00 respectivamente.

Foram 3.000 os trabalhadores que na região de Alpiarça participaram na greve.

Pela mesma altura os trabalhadores da região de Almeirim e Benfica do Ribatejo, estimulados pela luta dos seus camaradas de Alpiarça começaram também a realizar reuniões para discutirem o pedido de aumento das jornas, tendo decidido exigir 140\$00 para os homens e 80\$00 para as mulheres (os lavradores estavam a pagar 100\$00 e 50\$00 respectivamente). A seguir convocaram uma concentração para a Casa do Povo a fim de apresentarem a sua reivindicação ao Grémio. Como a resposta não fosse satisfatória os trabalhadores puseram-se em greve durante uma semana. No decorrer desta greve, que durou uma semana, foram feitas várias concentrações na Casa do Povo, duas delas com cerca de 600 trabalhadores cada. Ao fim deste período decidiram aceitar a proposta de 120\$00 feita pelos lavradores, conquistando assim um aumento de 20\$00 por dia.

Estas duas importantes lutas inserem-se no conjunto das lutas reivindicativas dos trabalhadores contra a exploração patronal e revelam o elevado espírito combativo e a consciência de classe dos operários agrícolas desta região do Ribatejo.

No Alentejo

Os assalariados rurais do Alentejo lutam contra o aumento das cotas para as Casas do Povo, que passarão de 20 para 30\$00 (homens) e de 12\$50 para 20\$00 (mulheres). Corre um abaixo-assinado dirigido a M. Caetano, no qual, além de se expor a difícil situação económica, se pede a imediata revogação do despacho que estabelece o aumento das cotas.

Assinado por «Um grupo de trabalhadores rurais do Alentejo», foi largamente distribuído um pequeno manifesto por várias regiões dos 3 distritos alentejanos, sobre os mesmos problemas.

Jovens trabalhadores comunistas na Itália

Uma delegação das Organizações da Juventude Trabalhadora do PCP e uma delegação da Juventude Comunista Italiana encontraram-se no passado mês de Dezembro, em Roma.

Recebida calorosamente pelos seus camaradas italianos, a delegação portuguesa expôs a situação da Juventude portuguesa e das suas lutas sob as condições da ditadura

fascista, pelas suas reivindicações, contra a guerra colonial, pela paz, pela conquista das liberdades democráticas, pelo progresso social. Reciprocamente, a delegação da Juventude Comunista Italiana informou sobre a situação da juventude e as lutas travadas no seu país. As conversações decorreram num ambiente de franca camaradagem, amizade e compreensão mútua.

LUTA SINDICAL

Contra a Portaria 734-73 interpuseram recurso para o Supremo Tribunal Administrativo 32 Direcções Sindicais reclamando a sua anulação. De acordo com a referida Portaria que regula as condições de admissão dos funcionários dos organismos corporativos, com efeitos retroactivos o governo passa a intervir ainda mais descaradamente na administração interna dos Sindicatos, impondo-lhes as condições de admissão dos seus funcionários e tornando letra morta a chamada autonomia administrativa dos organismos corporativos.

Segundo o novo Estatuto, os futuros e os actuais funcionários dos Sindicatos têm de apresentar (os actuais no prazo de 30 dias) os mesmos documentos que os candidatos aos cargos sindicais e abster-se de «actividades incompatíveis» com as funções desempenhadas», designadamente a «prática de quaisquer actos contrários à organização corporativa». O não cumprimento de disposições tão vagas e arbitrárias pelos funcionários impõe o seu despedimento, podendo ser destituídas as direcções sindicais que os mantenham ao serviço.

Tal como já acontece para os dirigentes sindicais, o governo fascista de M. Caetano pretende agora controlar também a admissão dos funcionários sindicais através das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Serviço Nacional de Emprego e, ainda, do visto obrigatório do INTP. Os objectivos evidentes do fascismo são dificultar a acção dos sindicatos que defendem os interesses dos trabalhadores.

Intervém neste recurso dos Sindicatos 51 advogados.

Os metalúrgicos de Lisboa elegem uma direcção da classe.

Ao fim de mais de 3 anos em que esteve à frente do Sindicato uma C.A. imposta pelo governo que arbitrariamente destituiu a

direcção eleita pela classe em 1970, os operários metalúrgicos do distrito de Lisboa conseguiram impor a realização de eleições e eleger novamente uma direcção da sua confiança.

Na assembleia geral realizada em 15 de Dezembro participaram quase 1.500 metalúrgicos, tendo a Lista de Unidade (a única que foi apresentada) sido eleita por 1.281 votos, pois os restantes não puderam votar. Três dias antes realizara-se uma Reunião Geral de Sócios na Voz do Operário, a que compareceram cerca de 1.000 metalúrgicos, para apresentação da Lista e do Programa, reunião que decorreu num ambiente de entusiasmo e confiança.

Durante estes 3 anos os metalúrgicos de Lisboa lutaram sempre, primeiro pelo regresso da direcção destituída, depois pela realização de eleições. O Grupo de Trabalho constituído a partir de meados de 1972 com operários de várias empresas desenvolveu uma grande actividade realizando numerosas reuniões com dezenas de trabalhadores, publicando circulares, contactando trabalhadores de muitas empresas, recolhendo um abaixo-assinado com mais de 3.500 assinaturas dirigido ao M. das Corporações exigindo as eleições.

Graças à sua luta persistente, unidade e combatividade, os metalúrgicos de Lisboa venceram. Na tomada de posse, que teve lugar em 5 de Janeiro, estiveram presentes representantes de 35 direcções sindicais.

Os metalúrgicos do Porto realizaram já varias assembleias sindicais para discutirem a revisão das tabelas salariais do CCT. Nestas assembleias têm participado milhares de operários. Na primeira, realizada em 10 de Novembro, participaram mais de

1.000 e na última, em 5 de Janeiro no pavilhão Infante de Sagres, tomaram parte mais de 3.000 metalúrgicos.

Estas reuniões têm decorrido num clima de entusiasmo e combatividade, exigindo os trabalhadores metalúrgicos um salário mínimo de 6.000\$00 mensais. Foi aprovada uma moção dirigida ao M. das Corporações exigindo que os capitalistas estrangeiros não intervenham nas negociações, e outra à Federação exigindo deste organismo uma tomada de posição no sentido da protecção dos jovens metalúrgicos no período pré-militar, contra as despromoções e despedimentos sem justa causa.

Os metalúrgicos de Aveiro também realizaram assembleias com o mesmo objectivo. No dia 2 de Dezembro realizou-se uma com a presença de cerca de 500, que durou toda a manhã, tendo ficado marcada outra para duas semanas depois.

Também na Secção de Águeda do mesmo Sindicato se realizou

uma assembleia com 400 metalúrgicos para discutir a revisão dos salários.

Todas estas assembleias revelam o espírito de luta da classe dos metalúrgicos e a sua disposição de se bater firmemente pela conquista de aumentos de salários que permitam fazer face à carestia de vida.

Os Vidreiros de Marinha Grande realizaram duas grandes assembleias, tendo participado em cada uma delas cerca de 1.500 operários. A primeira destinou-se a discutir problemas relativos à contratação com a indústria produtora. Foi aprovada uma proposta dando confiança à Direcção para negociar com o Grémio. A segunda, duas semanas depois, foi para a Direcção expôr o resultado das negociações. Foi recusada a proposta do Grémio de aumento de apenas 15% e o contrato seguiu para arbitragem.

Os operários da indústria transformadora, cujo contrato foi assinado em fins de Novembro, conquistaram a semana de 45 horas, feriado no 1.º de Maio, 15 dias de subsídio de Natal e salários mínimos que vão de 100\$00 por dia para os serventes a 210\$00 para os operários especializados.

LUTAS CAMPONESAS

BALDIOS — Após o envio do abaixo-assinado dirigido ao governo reivindicando a posse dos baldios roubados pelos serviços florestais, camponeses de Albergaria das Cabras (Arouca) foram multados por apascentar gado nesses baldios.

Como todos se recusaram a pagar as multas, foram enviados ao tribunal. No dia do julgamento, quase toda a população da freguesia (cerca de 300 pessoas), compareceu em Arouca, para apoiar os camponeses que iriam ser julgados, afirmando todos que não pagariam a multa.

Temendo as consequências e tentando talvez adormecer os camponeses, foi adiado o julgamento. A ida em massa ao julgamento foi uma primeira vitória que é preciso alargar com a anulação das multas e a continuação da utilização dos baldios pelos camponeses.

Na freguesia de Talhadas, os Serviços Florestais já foram forçados a ceder uma importante área, a do perímetro de Rio Mau No perímetro de S. Maria das Arcas os S.F. têm-se recusado a ceder, continuando a discussão sobre a demarcação de terrenos.

Contra a taxa do vinho — Os camponeses recusam-se a pagar a taxa de \$20 por litro de vinho produzido. Tal foi o caso dos produtores da freguesia de Fermentelos (Águeda), que conta mais de 600 famílias, que enviaram uma exposição a M. Caetano, no que já foram seguidos por outras freguesias, e que na sua quase totalidade se recusaram a pagar a dita taxa.

Leite e Fruta — A anarquia da produção capitalista e as «belezas» do corporativismo manifestam-se de forma crescente na

agricultura e pecuária. O leite escasseia devido ao produtor não receber por ele um preço justo, pois os adubos do monopólio da CUF e os alimentos das vacas (a farinha, nomeadamente) sobem constantemente. Quanto à fruta, grande parte do povo não a pode comprar mas diz-se haver fruta em «excesso». Os pequenos e médios produtores não têm armazéns frigoríficos para conservar a fruta vendendo-se forçados a vendê-la ao desbarato ou deixarem-na apodrecer às toneladas.

Produtores de leite e de fruta de várias regiões, agrupados ou não em cooperativas, têm promovido reuniões para debater as suas dificuldades e organizar a luta pelos seus justos interesses. Tal foi o caso de cerca de 30 fruticultores de Vouzela e de 500 produtores da cooperativa de leite que abrange os concelhos de Aveiro, Ílhavo e Vagos.

Poluição — A poluição da região de Cacia (Aveiro) devida sobretudo a fabrica da Companhia Portuguesa de Celulose está a pôr em sério risco a sobrevivência da agricultura da zona (os pastos e batatais aparecem queimados, as leiras de milho enfezadas e o gado não pode beber água do rio) e a própria saúde da população. Em fins de Outubro esta situação agravou-se extraordinariamente quando a fábrica de celulose mandou abrir as comportas do Rio das Mós que desagua no Vouga, provocando a inundação das terras dos lavradores, destruindo culturas de arroz e pastagens. De imediato já se uniram mais de 57 lavradores da região para tomar medidas para exigir justas indemnizações à Companhia, ou se esta recusar levarem o caso a tribunal.

18 DE JANEIRO DE 1934 uma grande jornada da classe operária

Estão passados 40 anos após a grande jornada de 18 de Janeiro de 1934, jornada em que a classe operária e as massas trabalhadoras se levantaram contra a fascização dos sindicatos.

Foi o proletariado vidreiro da Marinha Grande que, estando por essa altura armado dum elevado espírito de luta e de classe, melhor expressou pela sua acção o sentimento de revolta contra a camarilha militar-fascista que ia liquidando todos os direitos e conquistas das massas trabalhadoras. Todavia, a luta era desigual. E nem por terem conseguido tomar de assalto o Posto da GNR, isolado e tomado conta da Vila durante algumas horas, o proletariado marinhense pôde manter-se. O governo enviou para a Marinha Grande numerosas forças repressivas e esmagou com a maior violência a luta dos vidreiros.

Quarenta anos depois desta heróica jornada, ainda se podem colher dela valiosos ensinamentos. Um dos mais significativos é aquele que nos indica ser simplesmente absurdo pensar-se que uma greve geral revolucionária, como o pretendia ser o 18 de Janeiro de 1934, se pode improvisar. Uma acção de tal grandexa exigia condições objectivas e subjectivas que então não existiam. Nem a classe operária

estava devidamente organizada e consciencializada, nem as massas populares tinham sido ganhas para a necessidade de derrubar o fascismo pela violência. Por outro lado, a camarilha governante não estava suficientemente isolada e desacreditada aos olhos das grandes massas. As suas posições e poder de manobra eram muito grandes. De este modo, a jornada do 18 de Janeiro não tinha reunido as condições mínimas indispensáveis para sair vitoriosa.

Contudo, as deficiências verificadas nesta jornada não põem em causa o que ela representa como feito histórico da classe operária portuguesa, na luta em defesa dos seus direitos e contra a opressão. Como não põem em causa a valentia dos operários vidreiros da Marinha Grande que nela escreveram uma das mais brilhantes páginas da luta dos trabalhadores portugueses.

O 18 de Janeiro, além do mais, constitui passo importantíssimo a vincar o papel dirigente da classe operária na luta pela liberdade, a democracia e o socialismo. Desde então e sob a orientação da sua vanguarda organizada, o PCP, este papel dirigente não tem deixado de se afirmar e fortalecer.

Glória, pois, aos combatentes do 18 de Janeiro de 1934.

DUAS IMPORTANTES ACÇÕES

Em Dezembro, uma comissão nacional de mais de 100 portugueses de vários distritos e organizações democráticas, dirigiu-se a Belem para fazer a entrega de milhares de assinaturas (das quais cerca de 25.000 já recolhidas) que subscrevem o abaixo-assinado lançado pelo Movimento Democrático durante a Campanha Política de Massas. Em nome da comissão, foram recebidos por um secretário do presidente da República os democratas Virginia Moura e Urbano Tavares Rodrigues, que entregaram as assinaturas e exprimiram o sentir do nosso povo.

Também em Dezembro e integrada na Campanha de Solidariedade de Natal aos presos políticos, mais de 300 democratas se deslocaram a Peniche, trazendo de maneira concreta a sua total solidariedade para com as vítimas da repressão e fazendo sentir aos presos a calorosa fraternidade de todos os democratas.

7 camionetas e automóveis dirigiram-se para Peniche de vários pontos do país, sendo 2 delas in-

terceptadas pela policia, transportando as pessoas ofertas para os presos politicos.

Durante a tarde concentraram-se em frente da fortaleza, acenando e levantando os braços, gritando «Liberdade», «Amnistia» e cantando «Avante camarada» e outras canções. O calor e a emoção desta manifestação irmanou os democratas e os presos.

Uma força de policia de choque, estacionada em Peniche desde a vespera, interveio e impediu os presentes a partir, encontrando resistência. Mais tarde os democratas voltam a contentar-se junto do Forte. A partida, as excursões abandonam Peniche gritando em coro, mantendo o mesmo calor durante a viagem de regresso.

Duas importantes e massivas acções contra a repressão e pela Amnistia, que importa continuar e ampliar até à libertação de todos os presos politicos.

ALARGAR A LUTA

(continuação da 1.ª pág.)

Em todas as frentes desenvolvem-se importantes acções

Intensificam-se as acções de protesto dos camponeses que vêm os seus interesses esmagados pela continuação da politica fascista.

A luta dos estudantes assume um nível e uma gravidade ainda maiores que anteriormente.

Entre os intelectuais tortalecem-se os seus meios de acção ou criam-se novos e alarga-se a condenação do regime.

Em todas as camadas não monopolistas alastra a insatisfação e o sentimento de que a actual situação politica, económica e social tem de se modificar. Mesmo alguns membros da hierarquia da Igreja procuram mostrar que não são insensíveis a esse sentimento.

Nas próprias forças armadas já não são só os soldados e marinheiros ou os milicianos a lançarem-se em acções de protesto e de rebelião. Os oficiais do quadro têm ultimamente tomado verdadeiras posições de desafio ante certas disposições do governo.

Este concedeu recentemente um aumento de vencimentos para fazer calar aqueles protestos, mas na medida em que boa parte desses oficiais vai compreendendo o papel que o fascismo lhes impõe e se aproxima dos ideais democráticos do nosso povo, não há mágicas que possam impedir a sua participação na acção geral.

Acção geral que se intensifica nas várias frentes: contra o fascismo e a sua feroz repressão, contra a guerra colonial e o colonialismo, contra a dependência em relação ao imperialismo estrangeiro, contra o aumento constante do custo de vida e as repercussões da crise económica, pela liberdade, pela paz, pela independência nacional e por uma vida melhor.

O governo debate-se com crescentes e graves dificuldades...

Ante a intensificação e o alargamento das acções de massas no

nosso país, ante a heróica luta travada pelos povos da Guiné, Moçambique e Angola e ante os passos importantes que se têm dado no sentido do desanuviamento internacional, crescem as dificuldades do governo.

Essas dificuldades agudizam as contradições existentes no próprio seio do fascismo. Não é de estranhar que se dêem tentativas de um ou outro grupo para ganhar a hegemonia e impôr a sua concepção sobre o melhor caminho para manter o fascismo em Portugal e o domínio colonial.

Diz-se que uma dessas tentativas teria falhado, no fim do ano, e nela estariam envolvidos os nomes do Gen. Kaulza de Arriaga, o «teórico» do colonialismo sem máscara, do Prof. Adriano Moreira e outros.

A agudização das contradições no seio do fascismo cria maiores dificuldades e hesitações na classe governante. Mas há muitos boatos que são lançados pelo próprio inimigo com vistas a semear ilusões ou confusões e castigar o movimento unitário de massas.

... mas mantém a sua politica de repressão e de guerra

É verdade que o crescente isolamento, interno e externo, do governo de M. Caetano, o obriga a certas manobras demagógicas, que é necessário saber voltar contra ele próprio. Mas as características fundamentais da politica repressiva e de guerra mantêm-se e até se agravam em alguns aspectos.

A repressão atinge novas camadas e faz-se sentir por todo o lado. Com a PIDE-DGS à frente, as forças repressivas aparecem em todas as lutas operárias a tentar intimidar, a defender os interesses dos grandes patrões. A perseguição politica procura alcançar todas as acções de protesto ou mesmo de simples esclarecimento. Continuam as prisões de democratas e antifascistas, que são barbaramente torturados.

As guerras coloniais, inumanas

CONTRA A TORTURA! Pela libertação dos presos!

Durante o período «eleitoral», quer em muitos documentos, quer nas manifestações de rua, quer em todas as sessões realizadas, bem alto se levantou a necessidade de libertar os presos políticos, de acabar com a tortura, de lutar contra a repressão fascista.

Não foi em vão tudo o que se fez nesta altura e mesmo já depois desse período. Houve dirigentes do movimento democrático despedidos que voltaram a ocupar o seu emprego, muitos democratas julgados foram absolvidos, o próprio governo viu-se obrigado a promulgar uma redução de penas muito limitada, a que chamou amnistia.

São vitórias parciais que mostram a importância e a eficácia dos protestos efectuados.

Mas continuam a ser presos portugueses porque lutam contra o fascismo; há antifascistas com 10, 15 e mais de 20 anos nas prisões, onde as doenças os minam gravemente; na PIDE continua-se a torturar os presos políticos. A repressão fascista mantém-se e procura, por muitas formas, continuar a aterrorizar o nosso povo.

É necessário dar pronta resposta à repressão, ampliar muito a participação nessa resposta, mobilizar as massas, pois serão estas que farão recuar o terror fascista.

Por isso tem muita importância que se proteste imediatamente contra os actos repressivos, logo que se saiba de uma prisão se organize largo movimento contra ela.

Se se tiver a preocupação de mobilizar os amigos, os conhecidos, os colegas de trabalho, as organizações de classe, as pessoas da terra e as colectividades, etc., é possível exercer uma pressão notável junto das autoridades e do próprio governo.

Por uma ampla Amnistia que liberte todos os presos políticos e abra as portas do país aos exilados e perseguidos políticos, têm-se recolhido nos últimos meses, dezenas de milhar de adesões.

Isto sucede assim porque se venceu o medo de falar abertamente na necessidade dessa Amnistia, de se pedir também abertamente assinaturas para abaixo-assinados com esse objectivo. Novas camadas da população foram ganhas para essa exigência nacional.

Há que saber somar todas as iniciativas, todos os esforços, para alargar ainda mais as possibilidades de mobilização das massas para uma das aspirações mais sentidas pelo nosso povo: a libertação dos presos políticos.

Quando a PIDE-DGS faz prisões, os presos ficam sujeitos aos maus tratos, às torturas impostas pelos cães-de-fila do governo fascista. Nessas torturas, alguns têm perdido a vida, outros ficam doentes para sempre, e todos sofrem martírios que os marcam profundamente.

É verdade que a tortura é condenada universalmente. Por isso o governo mente: M. Caetano chegou a afirmar que tudo o que a policia fazia era interrogatórios de poucas horas, descarada mentira negada por todos os que passam pelas prisões.

Mas não basta condenar em abstracto a tortura.

A tortura está sendo aplicada aos democratas portugueses ultimamente presos. São dezenas de antifascistas (comunistas, católicos progressistas, antifascistas de várias correntes, membros do movimento democrático, do movimento associativo dos estudantes, etc.) que estão sendo sujeitos a espancamentos à tortura do sono ou a outros bárbaros tratos.

É necessário desmascarar aberta e amplamente a tortura aos presos politicos portugueses e unir os mais diversos sectores da população numa veemente condenação e num vigoroso protesto contra tal prática inhumana.

A libertação dos presos politicos e a cessação das torturas são duas reivindicações muito importantes na luta contra a repressão.

e condenadas à derrota, continuam a sacrificar a juventude portuguesa e os dinheiros do povo. O orçamento para este ano subiu mais dez milhões de contos, grande parte para aumentar o esforço de guerra. E foi já anunciada a renovação da aviação militar, que obrigará a enormes despesas.

Esta politica tem como contrapartida uma maior submissão de Portugal ao imperialismo estrangeiro, e assenta no reforço da exploração das massas trabalhadores, no aumento constante dos impostos, na crescente e preocupante carestia de vida, forma a que o capitalismo recorre para arrancar às massas exploradas um maior quinhão para os seus super-lucros.

Unir, organizar e lutar

As condições objectivas para a intensificação das acções de mas-

sas são claras. As importantes acções que se têm levado a cabo animam outros trabalhadores e democratas e impulsionam o alastramento da luta. As dificuldades em que se debate o fascismo abrem novas possibilidades para agir.

As grandes aspirações populares — o derrubamento do fascismo e a conquista das liberdades democráticas, a cessação das guerras coloniais e a libertação de Portugal da dependência imperialista — são capazes de mobilizar milhões de portugueses.

Para as alcançar é preciso reforçar a luta da classe operária e das outras camadas do povo em todas as frentes.

É necessário dar novos e vigorosos passos no sentido de unir, organizar e lutar.

Façamos de 1974 um ano de importantes acções do nosso povo!

CONFERENCIA DOS PARTIDOS COMUNISTAS sobre a Revista «PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO»

Nos dias 7 a 9 de Janeiro, realizou-se em Praga a Conferência dos representantes dos Partidos Comunistas e Operários sobre a actividade da Revista «Problemas da Paz e do Socialismo» durante os anos de 1972 e 1973.

Estiveram presentes delegações de 67 Partidos, entre os quais o Partido Comunista Português. A delegação no nosso Partido era constituída pelos camaradas Joaquim Pires Jorge, que dirigia a delegação, Carlos Aboim Inglês, ambos do Comité Central, e Catarina Mendes, colaboradora do Comité Central.

Na Conferência foi salientado o papel altamente positivo da Revista durante os últimos 2 anos. Os participantes da Conferência sublinharam a necessidade de aumentar a contribuição da Revista na luta dos comunistas contra o principal inimigo dos povos — o imperialismo, com o imperialismo americano à cabeça — pela paz, a democracia, a libertação nacional e social, pelo socialismo e o comunismo, pela coesão do movimento comunista internacional na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, em conformidade com as normas universalmente reconhecidas de relações entre partidos comunistas.

Na sua intervenção em nome do P.C.P., o camarada Pires Jorge pôs em destaque a vitória histórica do povo vietnamita, as realizações da União Soviética e de outros países socialistas, os grandes passos dados no sentido do desanuviamento e da coexistência pacífica, as lutas económicas e

políticas da classe operária dos países capitalistas, as quais afirmam nos factos o papel revolucionário de vanguarda da classe operária, os progressos do movimento nacional libertador. E acrescentou que apesar de subsistirem os focos de tensão e de guerra e do imperialismo recorrer à mais terrível reacção — sublinhando que casos como o do Chile devem constituir uma séria advertência — estes últimos dois anos confirmaram inteiramente a tese da Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários, realizada em 1969, em Moscovo, tese segundo a qual o imperialismo perdeu de facto a iniciativa histórica. O nosso camarada afirmou em seguida:

«Nesta situação, para que a actividade dos comunistas no mundo se torne cada vez mais eficaz, para que a frente anti-imperialista mundial se torne ainda mais ampla e segura, é necessário reforçar a unidade e coesão do nosso grande movimento comunista internacional — unidade de acção e coesão ideológica, pois para nós, comunistas, elas são inseparáveis. Para tanto impõe-se prosseguir

sem desfalecimentos nos esforços para aproximar pontos de vista e superar divergências, numa firme base do internacionalismo proletário e dos princípios do marxismo-leninismo, utilizando amplamente os métodos provados e as experiências acumuladas neste campo pelo nosso movimento.

O combate de princípio contra o oportunismo de direita e de esquerda, contra o anticomunismo e o antisovietismo, continua e continuará a ser uma constante do nosso trabalho».

A Conferência adoptou uma resolução exprimindo solidariedade com os democratas e patriotas chilenos, exigindo a libertação imediata de Luis Corvalan, secretário-geral do Partido Comunista do Chile, o fim do terror sangrento da junta fascista e a libertação de todos os democratas e patriotas chilenos lançados nas prisões e nos campos de concentração.

A Conferência condenou igualmente as cruéis perseguições dos comunistas e outros democratas em Portugal, Espanha e Grécia e noutros países da América Latina, África e Ásia.

FORA OS AMERICANOS DAS LAJES

Portugal não é só um país colonialista, é também um país colonizado. A sua submissão ao imperialismo estrangeiro tem-se mesmo agravado, pois quanto mais aumentam as dificuldades do regime fascista mais este se

subordina para conseguir maior apoio das potências imperialistas.

É bem característico desta tendência o que se passou quando da recente guerra no Médio Oriente. Portugal foi o único país que permitiu a passagem de armamento americano para Israel por território seu. Para isso foi utilizada a grande base das Lajes, (Ilha Terceira), cedida aos Estados Unidos há dezenas de anos para servir os seus fins belicistas e de subjugação de outros países.

Na luta contra o imperialismo que nos domina, um dos objectivos mais concretos e importantes é o de acabar com a existência de bases militares estrangeiras em Portugal.

A maior dessas bases é a das Lajes. No próximo dia 2 de Fevereiro, termina o prazo da última concessão, feita já pelo governo de Marcelo Caetano. Quando o secretário de estado americano Kissinger visitou Lisboa no mês passado, mais uma vez o governo fascista, de costas voltadas para os interesses do país e do povo, negociou a permanência das forças armadas americanas nessa base dos Açores.

A recuperação da base das Lajes para o património nacional, o acabar do domínio militar ianque nessa parcela do território português, é um passo no sentido da libertação de Portugal do imperialismo, da verdadeira independência nacional e da segurança europeia e da paz mundial.

Intensifiquemos a luta contra a dominação imperialista!

Unamos os verdadeiros portugueses para exigir: FORA OS AMERICANOS DAS LAJES!

Colóquios internacionais

No âmbito da preparação da Conferência dos Partidos Comunistas dos países capit listados da Europa, têm-se realizado vários colóquios entre representantes desses Partidos. O Partido Comunista Português esteve representado e teve activa participação nos seguintes colóquios;

— Em Roma, nos dias 26, 27 e 28 de Novembro de 1973, sobre o tema «Conteúdo e novas formas de lutas operárias e populares nos países capitalistas da Europa».

— Em Paris, nos dias 26 e 27 de Novembro de 1973, sobre «A crise monetária e suas consequências para a classe operária e os povos na Europa capitalista».

— Em Essen, nos dias 8 e 9 de Janeiro de 1974, sobre «Os problemas dos trabalhadores imigrados».

CONGRESSOS

P.C. da Grã-Bretanha

Realizou-se, de 10 a 12 de Novembro último, o 55.º Congresso do Partido Comunista da Grã-Bretanha, onde esteve presente um delegado do nosso Partido, o cam. Fernando Blanqui Teixeira, membro do CC.

O Congresso reuniu-se numa altura em que se intensificam as lutas da classe operária britânica contra a política anti-operária, racista e imperialista do governo conservador.

Uma saudação do nosso CC foi lida ante o Congresso. Nela se diz que «os comunistas, os trabalhadores e as forças progressistas de Portugal acompanham com todo o interesse a vossa acção e a luta dos trabalhadores e das forças progressistas britânicas» e se deseja «o melhor êxito nos vossos trabalhos, o melhor êxito na vossa luta pelo fortalecimento do Partido, pela democracia, pelo socialismo».

Após o Congresso, o camarada Blanqui Teixeira teve um encontro com o camarada Jack Woddiss, responsável do Departamento Internacional do P.C. da Grã-Bretanha. Foi analisado o desenvolvimento da solidariedade e das relações fraternais entre os dois Partidos.

P.C. da Bélgica

Em meados de Dezembro, realizou-se o XX Congresso do Partido Comunista da Bélgica.

O Partido Comunista Português esteve representado neste Congresso pelo camarada Joaquim Pires Jorge, membro do Comité Central.

A saudação do C.C. do nosso Partido exprimia os desejos de êxito na realização do Congresso e nas suas decisões.

CHILE «A terra não pára de girar, mesmo de noite»

Esta citação, do «Apelo ao povo chileno» difundido clandestinamente no Chile pelo P.C. do Chile a 11 de Outubro — um mês depois do golpe fascista — sintetiza a determinação dos comunistas chilenos e a sua confiança nas massas populares, que conduzirão ao aniquilamento do odioso regime imposto com sangue pelo imperialismo e pela oligarquia. O povo voltará ao poder sem ser obrigado a restabelecer a situação institucional anterior; ditará uma nova Constituição, novos códigos e leis (...), afirma o manifesto ao esboçar a «luta pelo futuro!».

O Apelo do P.C. do Chile analisa o golpe militar, o clima de terror instaurado, sem precedentes na história do Chile. «Faz-se correr o sangue do povo: não há praticamente um só família que não viva angustiada pela sorte de um dos seus». E reconstituiu o golpe, montado nos gabinetes da CIA em ligação directa com a ITT e Kennecott (que tinha visto fugir-lhe das mãos o cobre chileno), que tinham criado um grupo especial de trabalho no Pentágono e na Casa Branca. E denunciada a cumplicidade da Democracia Cristã de Frei: «Que é feito das suas concepções favoráveis ao pluralismo ideológico e político e do seu respeito pela legalidade constitucional?»

O P.C. do Chile presta vibrante homenagem a Salvador Allende,

caído como herói no combate pela Unidade Popular e pelas conquistas do povo chileno, sem ceder a lisonjas e ameaças. Exalta o grande poeta Pablo Neruda, membro do Comité Central, colocando-o como o símbolo do patriotismo e do internacionalismo.

«É necessário deter pela mobilização de massas, a repressão e o crime». Significa isto para já, arrancar das garras da Junta, Luis Corvalan, secretário-geral do P.C. do Chile assim como outros milhares de revolucionários e democratas que se encontram nos campos de concentração.

«Devemos pôr fim ao terror exercido contra o povo e abrir caminho para novos horizontes revolucionários. Neste sentido a palavra de ordem do momento é: a mais larga unidade do povo!»

«Unidade esta que tem como objectivo a conquista do direito à vida, ao trabalho e contra os despedimentos e represálias, a defesa das organizações sindicais, a luta contra o regresso dos exploradores, a luta pela reconquista das liberdades públicas e para que se retome a via de modificações revolucionárias. «A luta de massas permitirá a vitória definitiva do povo (...).»

Há que desenvolver novas acções de solidariedade à luta do povo chileno!